

# CIDADANIA OU EMANCIPAÇÃO HUMANA?

## Introdução

Fala-se muito, hoje, em cidadania como se esse termo fosse sinônimo de liberdade *tout court*. Supõe-se que lutar por um mundo cidadão equivaleria a lutar por uma sociedade efetivamente livre e humana. Supõe-se, também, que com a cidadania, que é certamente inseparável da democracia, se haveria descoberto a forma mais aperfeiçoada possível da sociabilidade. Não porque ela fosse perfeita, mas porque estaria indefinidamente aberta a novos aperfeiçoamentos.

Ao contrário, parece-nos equivocado pensar que a cidadania expressa a forma superior da liberdade humana. Por suas origens e sua função na reprodução do ser social, ela representa uma forma de liberdade, certamente muito importante, mas *essencialmente* limitada. Ao nosso ver, a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política. É da máxima importância esclarecer, hoje, essa distinção se queremos que a luta social esteja orientada no sentido da superação dessa forma desumanizadora de sociabilidade, cujas raízes se encontram no capital. Por sua vez, esse esclarecimento supõe a busca da natureza mais íntima da cidadania e da emancipação humana. É o que nos propomos fazer brevemente nesse texto.

## 1. O ponto de partida

O caminho mais comum, quando se pretende entender a questão da cidadania, é tentar refazer a sua trajetória histórica. Não cremos que esse seja, de fato, o melhor caminho. Sem dúvida, o conhecimento da história é muito importante. No entanto, o processo histórico é algo muito complexo e variado. Como evitar que nos percamos em meio a essa complexidade e variedade de aspectos? Precisamos de um fio condutor que nos permita compreender a lógica do processo histórico. Esse fio, ao nosso ver, são as determinações gerais que caracterizam o processo de autoconstrução humana. Ou seja, a primeira pergunta não pode ser a respeito do que é a cidadania, mas a respeito do que é o homem, do que são essas determinações fundamentais que demarcam o processo de tornar-se homem do homem. Esse é o caminho que nos parece mais adequado para compreender todo e qualquer fenômeno social.

Na perspectiva marxiana, esse fio tem como ponto de partida o ato que, para Marx, é o ato originário do ser social, vale dizer, o ato do trabalho. Segundo ele, se queremos respeitar o processo real temos que partir não de especulações ou fantasias, mas de fatos reais, “empiricamente verificáveis”, ou seja, dos indivíduos concretos, o que fazem, as relações que estabelecem entre si e suas condições reais de existência. E o primeiro ato dos homens é

exatamente o ato de trabalhar. Somente desse modo, seremos capazes de capturar as determinações fundamentais que caracterizam o ser social e seu processo de reprodução. O exame rigoroso do ato de trabalho permite a Marx perceber que este se compõe de dois momentos: a teleologia e a causalidade. Dois momentos, ressalte-se, de igual estatuto ontológico. Ou seja, de um ponto de vista ontológico, a consciência é tão importante como a realidade objetiva. Trabalhar é, portanto, conceber antecipadamente o fim que se pretende alcançar e atuar sobre a natureza para transformá-la segundo esse objetivo. Por outro lado, ao transformar a natureza, o homem cria, ao mesmo tempo, o seu próprio ser. Tanto Marx, como Lukács insistem em que é por intermédio do ato do trabalho que se realiza o salto ontológico do ser natural para o ser social.

A partir dessa análise mais rigorosa da estrutura ontológica do trabalho, pode-se perceber que o ser social é um ser radicalmente histórico e social. Isso quer dizer que nada existe, no ser social, que seja imutável; que a totalidade deste ser é sempre o resultado dos atos humanos. Como consequência, nenhum tipo de ordem social pode afirmar a sua insuperabilidade. A partir da análise do trabalho, também se pode perceber que o ser social é um ser que se caracteriza essencialmente pela atividade, a socialidade, a consciência, a liberdade e a universalidade. Essas determinações constituem elementos *essenciais* do ser social. No entanto, é preciso ressaltar enfaticamente: a noção marxiana de essência não é, de modo algum uma noção metafísica, mas inteiramente histórica. O que significa que essas determinações também têm suas origens nos atos humanos. O que as distingue dos aspectos fenomênicos não é sua imutabilidade, mas a sua maior continuidade e unidade.

No entanto, apesar de ser o ato originário e fundante do ser social, o trabalho não esgota a natureza deste ser. Por sua natureza, o ato do trabalho é um ato que tem a possibilidade de produzir de maneira cada vez mais ampla. O que tem como consequência o fato de que a complexificação sempre mais intensa é uma característica própria do ser social. Essa intensificação da complexificação é responsável pelo surgimento de problemas e necessidades que não podem ser resolvidos ou satisfeitas diretamente pelo trabalho. A resolução desses problemas e necessidades exige a estruturação de outras dimensões específicas, como a linguagem, a ciência, a arte, a educação, o direito, a política, etc. Todas essas dimensões têm a sua origem na dimensão fundante do trabalho, o que não significa, de modo algum que isto se dê por derivação mecânica ou direta. A autonomia relativa é-lhes necessária para que possam cumprir suas funções na reprodução do ser social. Em consequência disso, para compreender qualquer uma dessas dimensões teremos sempre que buscar as suas origens histórico-ontológicas e a função que devem cumprir na reprodução do ser social.

## **2. Cidadania e emancipação humana**

Com esses pressupostos, podemos agora investigar a natureza da cidadania e da emancipação humana.

Para Marx, a cidadania é parte integrante do que ele denomina emancipação política. Logo, faz parte do campo da política. E a política é, para ele, em essência, uma forma de opressão. Como diz, junto com Engels, no *Manifesto Comunista* (1998: 31): *Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outras.*

Ao contrário dos autores liberais, que consideram a política como a dimensão fundante da sociedade, Marx afirma que a emancipação política tem seu fundamento no que ele denomina sociedade civil, ou seja, as relações econômicas. E a emancipação política é uma dimensão que tem suas origens históricas na passagem do feudalismo ao capitalismo. Suas raízes histórico-ontológicas se encontram no ato de compra e venda de força de trabalho, com todas as suas conseqüências para a constituição da base material da sociedade capitalista. Esse ato originário produz, necessariamente, a desigualdade social, já que opõe o proprietário dos meios de produção ao simples possuidor da força de trabalho. E o que ocorre às nossas vistas, hoje, mostra que a produção da desigualdade social é uma tendência crescente e não decrescente da reprodução do capital. O que significa que será cada vez mais forte a impossibilidade de construção de uma autêntica comunidade humana sob o capital.

Todavia, esse ato originário necessita para sua efetivação, de homens livres, iguais e proprietários. Porém, na realidade, são apenas formalmente livres, iguais e proprietários, mas apenas sob o aspecto formal. Vale dizer, somente na dimensão jurídico-política e nunca na dimensão social. Essa situação é responsável pela divisão da sociedade capitalista em uma dimensão privada e em uma dimensão pública, sendo a primeira a matriz da segunda. O que significa que essa segunda esfera não é indefinidamente aperfeiçoável, mas, pelo contrário, essencialmente limitada. Ser cidadão é ser participante dessa dimensão pública. Portanto, ser cidadão não é ser efetivamente, mas apenas formalmente livre, igual e proprietário. Por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que esses direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade de raiz jamais será inteiramente eliminada. Há uma barreira intransponível no interior da ordem social capitalista. Como conseqüência, a busca, hoje, pela construção de um mundo cidadão é uma impossibilidade absoluta. Em resumo: sem desmerecer os aspectos positivos que a cidadania representa para a autoconstrução humana, fica claro que ela é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo, *expressão e condição* de reprodução da desigualdade social e, por isso, de desumanização. Por isso mesmo, deve ser superada, porém não em direção a uma forma autoritária de sociabilidade, mas em direção à efetiva liberdade humana.

O que realmente deve ser buscado é a emancipação humana. Ora, essa é algo muito diferente da cidadania e da totalidade da emancipação política. A emancipação humana, ou seja,

uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem essa erradicação, é impossível a construção de uma autêntica comunidade humana. E essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua mais completa superação. Como diz Marx, nas *Glosas críticas*, há uma distância infinita entre o homem e o cidadão assim como entre a vida humana e a vida política.

Assim como o ato fundante da emancipação política é a compra e venda de força de trabalho, o ato originário da emancipação humana tem que ser, necessariamente, o trabalho associado. Esse ato pode ser definido, de início, como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, na qual as forças individuais são colocadas em comum e permanecem sempre sob o controle coletivo. Porém, a existência desse ato de trabalho – associado – exige, para sua efetivação, duas condições. Primeira: um grande desenvolvimento das forças produtivas, que permita a produção de bens capazes de satisfazer as necessidades de todos. Segunda: a diminuição do tempo de trabalho, de tal modo que os homens possam dedicar-se a atividades mais propriamente humanas. Tais condições são o resultado do desenvolvimento do próprio capitalismo, embora, sob o capital, isto se realize de uma maneira deformada e desumanizadora.

Essa forma de trabalho é a única que pode impedir a apropriação privada das forças sociais e, com isso, permitir a eliminação do capital, das classes sociais, da divisão social do trabalho, do mercado e de todas as objetivações democrático-cidadãs. Por isso mesmo, é também a única que pode permitir a construção de uma autêntica comunidade onde todos os indivíduos poderão ter um acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade; poderão desenvolver amplamente as suas potencialidades; onde se encontrarão em situação de solidariedade efetiva uns com os outros e não de oposição e concorrência.

Nesse momento, os homens terão chegado ao patamar mais elevado de sua entificação. E, ao contrário da emancipação política, esse é um patamar que abre um processo indefinidamente aperfeiçoável para a humanidade. Só então se poderá dizer que os homens são, de fato, livres. O que não significa, de modo nenhum, afirmar que são nem completa, nem perfeita e nem totalmente livres, mas que serão, como seres humanos, o mais plenamente livres possível.

Todavia, é importante ressaltar: a emancipação humana não é algo inevitável. É somente uma possibilidade. Se se realizará efetivamente ou não, depende da luta dos próprios homens. Porém, ao contrário da impossível cidadania mundial, ela é uma possibilidade real, cujas bases se encontram na materialidade do próprio ser social.